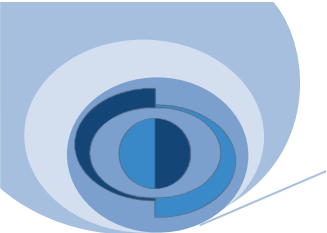


**Terceira reunião da Câmara Temática de Florestas, Agropecuária e
Biodiversidade do Fórum Brasileiro de Mudança Climáticas**

Reunião do dia 30 de maio de 2017 realizada de modo virtual, através da plataforma GoToWebinar.

Presentes:

Instituição	Nome
FBMC – Secretário Executivo	Alfredo Sirkis
FBMC – Secretária Executiva Adjunta	Natalie Unterstell
EMBRAPA	Gustavo Mozzer
Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura	Luana Maia
ABAG	Juliana Monti
IDESAM	Mariano Cenamo
	Laura Lamonica
MMA	Letícia Guimarães
IMAFLORA	Luis Fernando Guedes Pinto
	Marcelo de Medeiros
CNA	Nelson Ananias Filho
FIEPR	Patricia Charvet
Apoiadora Câmara Temática	Rafaela Bergamo



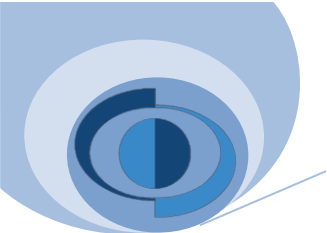
	Ana Paula Ferez
Centro Clima	Carolina Dubeux
	Leonardo Sobral
Fundação Amazônia Sustentável	Virgílio Viana
FAS	Victor Salviati
FAS	Gabriela Sampaio
	Yuri Feres
WRI Brasil	Juliana Speranza

A terceira reunião da Câmara Temática (CT) foi dedicada à apresentação e discussão do Programa de Trabalho entre os membros e considerações sobre as próximas ações a serem desenvolvidas dentro do âmbito desta Câmara para evolução na estratégia de formalização de um documento sobre a implementação da NDC brasileira.

RESUMO DOS COMENTÁRIOS E ENCAMINHAMENTOS

• Informe da Secretaria do Fórum Brasileiro sobre o prosseguimento das atividades em vista do contexto político atual:

O Secretário Executivo, Alfredo Sirkis, reiterou que o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas desenvolve suas atividades objetivando metas de longo prazo, para cumprir os compromissos que o Brasil firmou, em âmbito internacional, com o Acordo de Paris, e continuará realizando seu trabalho, reuniões e discussões pertinentes ao clima e estratégias para implementação da NDC brasileira, buscando não ser afrontado pela instabilidade política atual.



• **Moção de veto enviada ao sr. Presidente da República pelo FBMC.**

Alfredo Sirkis – Considera que o maior problema referente às MPs 576 e 578 é o fato das mesmas terem sido adulteradas em seu propósito original quando aprovadas. Não foram respeitadas, pelo grupo de parlamentares, as negociações e acordos travado entre o Ministro do Meio Ambiente Sarney Filho. O texto final foi considerado, pela secretaria do Fórum Brasileiro, bem como para uma extensa gama dos seus membros, conflitante com os objetivos e interesses do FBMC.

Nelson (CNA) - Manifestou que a **CNA não apoia** a moção de veto ao texto das MPs 576 e 578 que foi enviada pelo FBMC ao sr. Presidente da República. A CNA entende que a substituição de categoria de UC FLONA para Área de Proteção Ambiental será benéfica, bem como o deslocamento de uma ocupação de proprietários rurais nestas áreas.

Luana Maia (Coalizão) – Reiterou a posição da Coalizão Brasil que veta veementemente as MPs 576 e 578. Informou, ainda, que a Coalizão preparou uma carta aberta ao presidente, disponível para acesso no site da instituição.

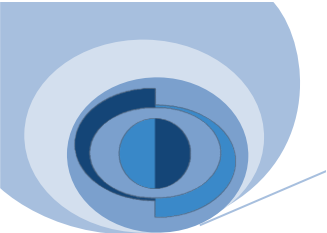
Virgílio Viana (FAS) – Considera que foi de extrema importância o Fórum ter se manifestado através deste veto. E acredita que, em alguns momentos, o FBMC deverá se posicionar, ainda que não haja unanimidade entre os membros.

• **Contextualização do levantamento dos estudos de referência para a Câmara**

Luana Maia informou sobre o levantamento feito pela Coalizão Brasil para copilar estudos que acredita-se serem relevantes como referências para os trabalhos a serem desenvolvidos pela CT.

Desde a 2ª reunião desta CT, 27 de abril, foi disponibilizado um formulário aos membros para que eles dessem suas contribuições. Foram levantados 30 estudos, os quais serão compilados para gerar um documento informativo para os membros de como estes estudos podem otimizar os trabalhos da Câmara.

• **Apresentação do Programa de Trabalho**



Gustavo Mozzer, integrante da coordenação desta Câmara Temática, apresentou aos presentes a primeira versão da elaboração do Programa de Trabalho. Ressaltando que está em um processo de construção e almeja-se que os participantes se empoderem deste documento para que seja formulado a partir de uma contribuição coletiva, que possa reunir a visão de todos da CT, bem como da sociedade civil.

Considera importante que neste documento, por trabalharmos com o setor de Agropecuária, Floresta e Biodiversidade, que é extremamente vulnerável às mudanças do clima, estejam incorporados componentes que abordem tanto ações de mitigação, quanto de adaptação. Entende que ambos são complementares para tornar o documento consistente e com capacidade de resiliência a longo prazo.

Tem a percepção de que Políticas públicas percepção é de que existe uma grande deficiência nas políticas públicas de adotar uma visão sistemática do impacto da adaptação e como usar esta informação no processo de tomada de decisão. Também considera que os modelos tradicionais de financiamento necessitam ajustes, pois atualmente eles financiam ou ações de mitigação ou de adaptação, e acredita que os projetos mais eficientes são os que tratam ambos os componentes integrados.

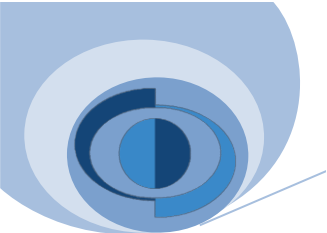
O documento foi validado, por consentimento entre os membros presentes na reunião, como base para desenvolvimento dos trabalhos futuros a serem realizados pela CT.

Pontos de partido e Temas de trabalho

Tema 1. Identificação de custos e caminhos para implementação

Gustavo - Neste contexto busca-se discutir as ações propostas para a NDC e questões relacionadas a melhor oportunidade de investimentos para alcançar os objetivos estabelecidos por ela.

Levantou a questão do monitoramento da adaptação com um dos grandes desafios, citando que há robustas fontes de informações disponíveis para auxiliar. Entrando em detalhe, sugere o aperfeiçoamento do modelo de zoneamento de risco climático como uma potencial ferramenta, já utilizada com sucesso, que poderia



beneficiar avanço das discussões pois incorporaríamos as questões de risco de cultivos relacionados ao impacto da mudança do clima.

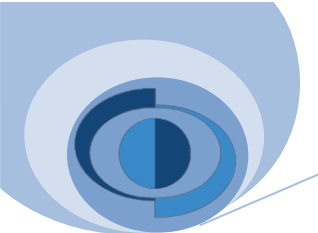
Natalie – Indicou a necessidade de trabalhar com diferentes opções de ações. Pode-se implementar a NDC no setor de diferentes formas, adotando mais amplamente uma ação do que de outra. Há estudos, como o do MCTIC, e paper do BID, que já fizeram uma leitura sobre mitigação, bem como os custos pontuais de algumas medidas específicas.

Importante ressaltar que uma coisa é o custo da NDC, das medidas que iremos contabilizar na estratégia da sua implementação, como adicionais aos cenários de referências, e outra são os próprios cenários de referência e as medidas que já eram previstas de serem feitas. Por exemplo: implementar PPCDAm e PPCerrado não é uma medida de NDC, ela já estava entendida como um ponto a ser executado. Relevante garantirmos que ambos sejam cumpridos e não descartar uma ação porque outras foram planejadas.

Tema 2. Ambição de mitigação e resiliência

Natalie – Documento do BID, Brasil 2040 contemplam esta temática, tratando do risco agroclimático. Ponto importante pois há uma questão de vantagens comparativas no âmbito do comércio internacional que dependem das condições climáticas brasileiras. Hoje somos o principal exportador de commodities agrícolas, graças ao nosso clima, mas é uma posição que pode ser comprometida devido aos impactos climáticos que estão sendo projetados. Ambicionar a mitigação destas mudanças está diretamente ligado a prevenir o setor agrícola dos impactos que ele virá a sofrer neste cenário, dentre estes, a redução drástica da sua produtividade no futuro.

Gustavo (EMBRAPA) – Questão da ambição a ser discutida pelo Fórum deve empenhar-se em como mensurar a eficácia da implementação das políticas públicas pensadas e se serão efetivas para mitigar/reduzir as emissões, num cenário que prevê um grande aumento de riscos para o setor.



Tema 3. Condições existentes

Natalie - Paper do BID trata muito bem dos meios e mecanismos de implementação disponíveis atualmente. PLANAVEG, Política Agrícola, Plano ABC, por exemplo.

Trabalho para a CT, neste ponto, seria como garantir a preservação destes mecanismos e superar as barreiras e obstáculos (assistência técnica, insumos no caso da recuperação florestal, ...) que impedem elas de serem praticadas com efetividade.

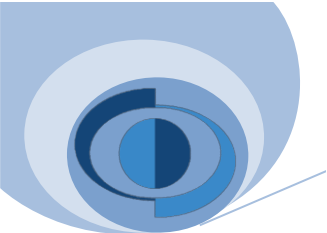
Maior desafio nesta questão seria a **integração de ações nacionais e sub-nacionais**.

•Destaques realizados pelos presentes:

Nelson (CNA) – Informou que a CNA, em parceria com a EMBRAPA, possui projeto Bioma, que será incluído no formulário de levantamento dos estudos referência. O estudo se baseia na floresta como forma de recuperação de passivos ambientais, focado em áreas de APP e Reserva Legal. São como vitrines tecnológicas, uma em cada bioma nacional, no qual o meio acadêmico desenvolveu estudos para mostrar tecnologias específicas, viáveis para recuperação florestal adaptada às características locais de cada bioma.

Mariano (IDESAM) – Sobre conteúdo que a CT deve abordar, considera que enfrentamos um cenário com grandes desafios para atingir a NDC. Enxerga que um dos mais importantes, neste momento de construção, é conseguir envolver os estados que são atores fundamentais e para onde muitas destas ações de mitigação estão sendo pensadas. Ressalta a importância de ter as esferas sub-nacionais, bem como federais, em convergência com as propostas pensadas ações estabelecidas, caso contrário, acredita que não haverá efetividade prática.

Outro aspecto que considera fundamental de ser debatido é em relação à capitalização de recursos. Há alguns números colocados, por diversas instituições, como investimentos que serão disponibilizados para ações no âmbito climático mas, na prática, não estão sendo concedidos. Fundamental nos questionarmos sobre quem vai capitalizar e levar discussão para um âmbito descentralizado, entre governo federal e instituições privadas.



Luana (Coalizão) – Fundamental tirar atores para operacionalizar as demandas da CT e definir nossas metas.

Submeter o documento do Programa de Trabalho para consulta pública.

Patricia (FIEPR) – Sugere que os textos dos Grupos de Trabalhos sejam compartilhados, à medida que forem avançando em conteúdo, com os membros da CT que não estão envolvidos diretamente nos GTS para que possam ser feitas contribuições e revisões, por todos, ao longo do tempo de trabalho da CT.

- Victor, em nome do GT I, manifestou interesse de receber o estudo elaborado pelo IMAFLORA, bem como, via webinar, combinar que seja realizada a apresentação do estudo para o GT I, como uma ferramenta de subsídio para as discussões.

•Atualização do GT I Desmatamento e metas de 2020 facilitado por Virgílio Viana.

1ª reunião foi feita no dia 02 de maio, via webinar.

15 participantes.

Encaminhamento das questões de funcionamento do GT e mapeamento de expectativas e recomendações dos presentes.

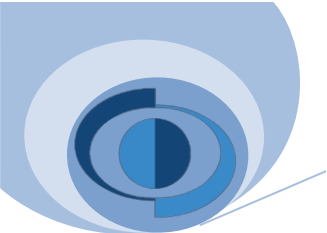
Pretendem realizar um segundo webinar para coletar mais informações sobre posicionamento dos participantes do GT.

A definir data para uma reunião presencial do GT I.

Pretendem realizar uma reunião presencial casada com o GT II, de Offsets florestais, na Amazônia. Data a definir. Provavelmente início de Julho.

Foram analisadas as projeções do desmatamento na Amazônia e as questões que vem sendo monitoradas: corte raso e degradação. Outro aspecto discutido foram ações que se contrapõem na região, como políticas públicas que funcionam para coibir desmatamento confrontando com programas de financiamento que fortalecem os vetores que desmatam, como agropecuária.

Outro aspecto que surgiu foi em relação à questão de mineração na região. A partir do histórico da prática, notou-se uma incidência maior nos últimos anos, principalmente no estado do Amazonas, dentro de terras indígenas. Comentou-se da



ausência de posicionamento político para que seja sanado este avanço e que ele seja feito de forma mais sustentável.

•Atualização do GT III Plano Safra e ABC facilitado por Luis Fernando.

Primeira conversa virtual no dia 23 de maio, contando com membros do IPAM, Agroicone, UFMG e WRI.

Foi conversado sobre a proposta dada, pela secretaria do FBMC, de realizar discussão sobre o Plano ABC, até que ponto o crédito da agricultura brasileira, o Safra, pode ser um financiamento de uma agricultura de baixo carbono, de uma maneira ampla, seja tornando o ABC maior ou incorporando componentes dele no Plano Safra.

Alinhamento do entendimento dos membros sobre o assunto e a tarefa que foi concedida ao GT.

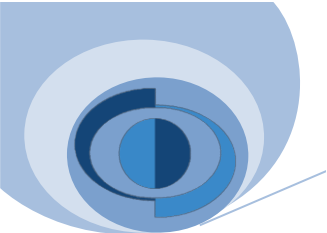
Pretende como primeiro passo realizar uma reunião, em Brasília, com membros do MAPA e do governo que estão ligados ao Safra e ABC para discutir o assunto e ver a aderência desta idéia junto aos elaboradores desta política, obtendo propostas e reações para possuir material para dar continuidade às ações.

Gostaria que esta reunião em Brasília acontecesse às vésperas da reunião presencial do Fórum, para facilitar o deslocamento e participação dos membros.

•Encaminhamentos práticos:

- Irá ser organizada uma oficina, para julho, sobre os temas contemplados no Programa de Trabalho da Câmara Temática, como um espaço presencial de debate e negociação sobre os temas e as ações a serem propostas e trabalhadas operacionalizando as atividades a serem desenvolvidas para evoluirmos na estratégia de implementação da NDC. Para iniciar seu planejamento, a coordenadoria solicita aos membros:

- Responder o doodle que irá estabelecer a data para realizar a Oficina sobre os temas do Programa de Trabalho. Acessar o link a seguir e votar na melhor data para sua participação. Até o momento temos 10 respostas e, reiteramos, a importância da



colaboração de todos. O prazo final de acesso é o dia **12 de Junho**:
<https://beta.doodle.com/poll/3xg2me7n5gxznb4a#table>

- Preencher formulário que será submetido pela coordenação, indicando em qual dos temas sua organização gostaria de atuar, acreditando ser mais efetiva nas contribuições.

- **Consultar e comentar o Programa de Trabalho, realizando suas contribuições até 16 de junho. Neste link:**
https://docs.google.com/document/d/1d2c7OEw_BqH8S0YJwSvUu-pdzM-6SC-YkT12jParYbY/edit?usp=sharing

- Analisar a planilha com os estudos levantados para ser validada como a base de referências para a Câmara Temática.

Para mais informações, entre em contato com: fbmc.secretaria@gmail.com ou rafabergamo90@gmail.com